

## PROGRAMA DE APOIO AO SANEAMENTO DOS MUNICÍPIOS DA ZONA SUL: CASO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO NORTE

LARISSA LOEBENS<sup>1</sup>; ANA LUIZA BERTANI DALL'AGNOL<sup>2</sup>; NATALI RODRIGUES DOS SANTOS<sup>3</sup>; LOUISE HOSS<sup>4</sup>; DIULIANA LEANDRO<sup>5</sup>; MAURIZIO SILVEIRA QUADRO<sup>6</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas – laryloebens2012@gmail.com

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas – analuizabda@gmail.com

<sup>3</sup>Universidade Federal de Pelotas – natalisantosquimica@yahoo.com.br

<sup>4</sup>Universidade Federal de Pelotas – hosslouise@gmail.com

<sup>5</sup>Universidade Federal de Pelotas – diuliana\_l@hotmail.com

<sup>6</sup>Universidade Federal de Pelotas – mausq@hotmail.com

### 1. APRESENTAÇÃO

O saneamento básico é de fundamental importância para o bem-estar do ser humano, uma vez que promove o controle da saúde pública e elimina fatores de risco, promovendo assim condições ambientais e sociais favoráveis a uma boa sobrevivência. (SANTANA, 2014)

O saneamento ambiental pode ser compreendido como o conjunto de ações econômicas e sociais com o objetivo de atingir a salubridade ambiental a partir do abastecimento de água, coleta e disposição adequada de resíduos e drenagem urbana, além de promover a educação sanitária e o controle de doenças a fim de proteger e melhorar as condições de vida da população (NUGEM, 2015).

No Brasil, as diretrizes do saneamento básico são definidas pela Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, que trata da universalização do acesso, integralidade de todas as atividades para atender as necessidades da população, eficiência e sustentabilidade econômica, controle social, segurança, qualidade e regularidade dos serviços prestados. (BRASIL, 2007).

A Lei do saneamento básico prevê, ainda, que todos os municípios brasileiros devem elaborar seus planos de saneamento básico, a fim de planejar suas ações, metas e programas sobre o tema. Torna-se, portanto, obrigatória a existência do plano de saneamento para a validação dos contratos que possuam como finalidade a prestação de serviços públicos de saneamento (BRASIL, 2007).

Nesse sentido, considerando a importância da universidade no fortalecimento da cidadania, democracia e desenvolvimento sustentável na região onde está inserida (SILVA, 2015), o propósito do programa foi difundir a importância do saneamento básico e oferecer apoio aos municípios para capacitação e elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico. Em vista disso, esse trabalho teve como objetivo apresentar o caso do município de São José do Norte/RS, um dos municípios atendidos no projeto.

### 2. DESENVOLVIMENTO

Primeiramente, foi celebrado um convênio entre a Universidade Federal de Pelotas e a Prefeitura Municipal de São José do Norte/RS, conforme as disposições contidas na Lei nº 8.666/93, no Decreto nº 6.170 de 25 de julho de 2007, na Instrução Normativa nº 01/97-STN e demais disposições legais aplicáveis para a conjugação de

esforços para a execução da elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico do município em questão.

Portanto, de acordo com o Termo de Referência para Elaboração de Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) do Departamento de Saneamento da Secretaria de Estado da Habitação e Saneamento do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, foi elaborado: 1) Plano de Mobilização Social; 2) Plano Municipal de Saneamento Básico contendo diagnóstico da situação do saneamento no município e prognóstico com alternativas para universalização e condicionantes; e 3) Objetivos, Diretrizes e Metas, com programas, projetos e ações, além de ações para emergências e contingências.

Com a finalidade de realizar um processo de construção do PMSB participativo, foram realizadas, durante todo o desenvolvimento, audiências públicas, visitas ao município e diálogo com a administração local, além de um canal online onde a população poderia interagir a qualquer momento.

A elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico no Município de São José do Norte estendeu-se do ano de 2013 ao ano de 2016.

### **3. RESULTADOS**

Conforme a Lei nº 11.445/2007 a implantação do Plano Municipal de Saneamento básico deve ser um processo democrático, ou seja, que nele esteja inserida a participação popular. Portanto, o primeiro passo foi a elaboração do Plano de Mobilização Social; para tal foi constituído um comitê Coordenador e um Comitê Executivo, composto por diversos setores do Poder Público Municipal. Após, foram definidos os cronogramas com os prazos e realizadas audiências públicas com a finalidade de informar a população sobre a construção do plano e sobre o seu papel e direito de participação.

Foi realizado um levantamento aprofundado das características físicas do município e sobre a sua população, índices socioeconômicos e ambientais pertinentes. Sendo assim, o município de São José do Norte está situado na planície costeira do Estado do Rio Grande do Sul com margens no Oceano Atlântico e na Laguna dos Patos, na Bacia do Litoral Médio, com área de 1.118,109 km<sup>2</sup>. A população do município é e especialmente urbana, contando com um grau de urbanização de 68,2% e um total de 25.503 habitantes em 2010. A economia baseia-se especialmente na pesca, no entanto outras atividades também são desenvolvidas como agricultura, pecuária, comércio e extrativismo vegetal (IBGE, 2010).

O diagnóstico da situação do saneamento no município foi realizado através de pesquisas e visitas ao município, analisando as quatro vertentes principais: água, esgoto, resíduos e drenagem.

A prestação de serviços de água e esgoto no município fica a cargo da Companhia Rio-Grandense de Saneamento (CORSAN). O abastecimento de água está baseado principalmente na retirada de água de poços, não contando com mananciais superficiais passíveis de captação. Em 2014, aproximadamente 69% da população total e 84% da população urbana eram atendidas com o fornecimento de água pela CORSAN. O consumo médio per capita era de 91,2 l/hab.dia, abaixo da média registrada pela CORSAN, de 122,8 l/hab.dia, e o índice de perdas na distribuição de 19,6%, enquanto a média da companhia era de 33,2%.

Em relação ao serviço de esgotamento sanitário, o município não contava com estrutura de coleta e tratamento de esgotos sanitários, exceto por uma Estação de

Tratamento de Efluente-ETE que possui a finalidade de coletar o esgoto sanitário gerado no hospital municipal, porém a mesma estava desativada no período em que o levantamento foi realizado. Assim, muitas residências acabam tendo seu esgoto ligado clandestinamente à rede de drenagem pluvial e outros possuem sistemas individuais como fossas rudimentares e fossas sépticas e não há no município um controle ou cadastro que indique quais vias/domicílios utilizam quais tipos de sistema.

Quanto à limpeza urbana e o manejo de resíduos sólidos, São José do Norte contava com a prestação terceirizada de serviços de coleta de resíduos convencionais nas vias públicas pelo sistema porta-a-porta, no turno da noite, com caminhões do tipo compactadores. Após, esse material ficava depositado em na estação de transbordo até ser transportado para o aterro sanitário contratado. A coleta seletiva era realizada por outra empresa, no mesmo sistema: coleta direta em cada residência; e encaminhado para a sede da cooperativa de catadores para realização da triagem e venda para reciclagem. A limpeza urbana consistia basicamente em varrição, retirada de resíduos dos coletores públicos e aqueles dispostos em bocas de lobo, manutenção da limpeza de praças, calçadas e canteiros, limpeza de arroios, capina e roçada.

O Município conta com um passivo ambiental: o antigo lixão, que estava desativado, mas que, no entanto, não se encontrava devidamente isolado e por isso ainda ocorriam descartes clandestinos de resíduos e o acesso de pessoas e animais no local.

De acordo com o diagnóstico levantado, foram apontadas as irregularidades e fragilidades no saneamento básico de São José do Norte. Em cima disso, foi criado um prognóstico relacionando metas, ações, e programas a serem cumpridos num horizonte de 20 anos com vista a sanar as adversidades existentes em curto, médio e longo prazo, buscando a universalização do acesso aos sistemas de saneamento, melhorando a qualidade de vida da população local e respeitando o meio ambiente.

#### 4. AVALIAÇÃO

A realização desse projeto permitiu que os conceitos do saneamento básico fossem difundidos para os municípios da zona sul e levantou a importância de o Poder Público municipal e as concessionárias tratarem deste assunto com seriedade e prestarem serviços de qualidade à população.

Com a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico de São José do Norte foram identificados os problemas existentes e, com isso, o plano se configura como um documento oficial sobre o qual o Município abordará as questões legais e buscará recursos para obras de infraestrutura e melhoria da qualidade dos serviços prestados.

Portanto, este trabalho foi muito valioso para diversas esferas: na universidade, os professores e alunos envolvidos puderam aplicar seus conhecimentos; o Poder Público de São José do Norte pôde dar um grande passo para avançar nas questões do saneamento básico; a população local poderá usufruir da melhoria dos serviços prestados.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007**. Dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse. Brasília-DF, 2007.

BRASIL, **Instrução Normativa STN nº 01, de 15 de janeiro de 1997**. Disciplina a celebração de convênios de natureza financeira que tenham por objeto a execução de projetos ou realização de eventos. Brasília-DF, 1997.

BRASIL. **Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007**. Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico. Brasília-DF, 2007.

BRASIL. **Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993**. Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública. Brasília-DF, 1993.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010**: características da população e dos domicílios. Rio de Janeiro, 2011.

NUGEM, R. C. **Doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado (DRSAI) em Porto Alegre – RS**. 2015. 117 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Enfermagem, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Porto Alegre, BR-RS, 2015.

SANTANA, Henrique Batista de. **A importância do saneamento básico na área urbana do município de São João do Rio Peixe-PB, com enfoque no esgotamento sanitário**. 2014. 68 f. Monografia. Curso de Licenciatura em Geografia. Universidade Federal de Campina Grande.

SILVA, I. A. Responsabilidade social universitária, qualidade e pertinência social: desafios à gestão. **DIALOGO**, Canoas, n.29, p.09-28, ago. 2015.